

8

## A LÓGICA TERRITORIAL DO CAPITALISMO HISTÓRICO

“Imperialismo é uma palavra que escapa fácil da língua.” Como John A. Hobson há um século, Harvey observa que a palavra adquiriu tantos significados diferentes que seu uso analítico, ao contrário do polêmico, exige esclarecimentos<sup>1</sup>. O significado mais geral é extensão ou imposição do poder, autoridade ou influência de um Estado sobre outros Estados ou comunidades sem Estado. Compreendido isso, o imperialismo está por aí há muito tempo sob formas muito variadas. Mas o ramo especial do imperialismo que Harvey chama de “imperialismo capitalista” ou “imperialismo do tipo capitalista” é o que precisamos investigar para entender por que a maior potência capitalista da história do mundo, os Estados Unidos, desenvolveu um aparato militar de destrutividade sem igual e sem precedentes e demonstrou uma intensa vontade de mobilizá-lo para concretizar o mais ambicioso projeto de domínio mundial já concebido.

Harvey define o imperialismo do tipo capitalista como “fusão contraditória” de dois componentes: “a política de Estado e de império” e “os processos moleculares de acumulação de capital no espaço e no tempo”. O primeiro componente refere-se às “estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por um Estado (ou uma coleção de Estados que funcionam como bloco de poder político) na luta para fazer valer seus interesses e atingir seus objetivos no mundo em geral”. Essa luta é impelida por uma “lógica de poder territorial”, ou seja, uma lógica na qual o controle do território e de seus recursos humanos e naturais constitui a base

<sup>1</sup> David Harvey, *The New Imperialism*, p. 26 [ed. bras.: *O novo imperialismo*]. A respeito da definição clássica de imperialismo de Hobson e de sua utilidade para mapear analiticamente os significados diferentes (muitas vezes opostos) que a palavra assumiu em termos históricos, ver Giovanni Arrighi, *The Geometry of Imperialism*.

da busca de poder. O segundo componente, por sua vez, refere-se ao fluxo de poder econômico “através do espaço contínuo, rumo a entidades territoriais e para longe delas [...] pela prática diária de produção, trocas, comércio, fluxo de capital, transferência de dinheiro, migração de mão de obra, transferência de tecnologia, especulação monetária, fluxo de informações, impulsos culturais e assemelhados”. A força motriz desses processos é a “lógica de poder capitalista”, ou seja, a lógica na qual o controle do capital econômico constitui a base da busca de poder<sup>2</sup>.

A fusão desses componentes é sempre problemática e muitas vezes contraditória (ou seja, dialética). Nenhuma das lógicas pode ser reduzida à outra. Assim, “seria difícil entender a Guerra do Vietnã ou a invasão do Iraque [...] somente em termos das exigências imediatas da acumulação de capital”, porque é plausível argumentar que “tais empreendimentos inibem, em vez de melhorar, a sorte do capital”. Entretanto, do mesmo modo,

é difícil entender a estratégia territorial geral dos Estados Unidos de contenção do poder soviético depois da Segunda Guerra Mundial, estratégia que preparou o cenário da intervenção norte-americana no Vietnã, sem admitir a necessidade obrigatória, sentida pelos defensores dos interesses comerciais norte-americanos, de manter o máximo possível do mundo aberto à acumulação de capital por meio da expansão do comércio [...] e das oportunidades de investimento estrangeiro.<sup>3</sup>

Embora as lógicas territorial e capitalista do poder não possam ser reduzidas uma à outra e, às vezes, a lógica territorial venha na frente, “o que distingue o imperialismo de tipo capitalista de outras concepções de império é que a lógica capitalista é que domina”. Mas se assim é, pergunta Harvey, “como a lógica territorial de poder, que tende a se fixar no espaço de modo constrangedor, reage à dinâmica aberta da acumulação interminável de capital?”. E se a hegemonia no sistema global é propriedade de um Estado ou coleção de Estados, “como a lógica capitalista

<sup>2</sup> David Harvey, *The New Imperialism*, p. 26-7. Harvey refere-se à minha própria distinção entre a lógica de poder capitalista e a territorialista (Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century: Money, Power and the Origins of Our Times*, p. 33-4 [ed. bras.: *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*]). Entretanto, o uso que ele faz da distinção difere do meu em dois pontos importantes. Para ele, a lógica territorialista refere-se às políticas estatais e a lógica capitalista refere-se à política da produção, das trocas e da acumulação. Para mim, ao contrário, ambas as lógicas referem-se primariamente a políticas estatais. Além disso, parece que Harvey pressupõe que todos os processos de mercado (como trocas, comércio, migração de mão de obra, transferência de tecnologia, fluxo de informações e assemelhados) são impelidos pela lógica capitalista. Não parto de tal pressuposto. Como veremos, essas diferenças resultam numa descrição histórica da relação entre capitalismo e práticas imperialistas que se afasta em aspectos fundamentais da descrição de Harvey.

<sup>3</sup> David Harvey, *The New Imperialism*, p. 29-30.

pode ser gerida de modo a manter o Estado hegemônico?”. A tentativa dos Estados hegemônicos de manter sua posição em relação à acumulação interminável de capital não os induz inevitavelmente a ampliar, expandir e intensificar militar e politicamente seu poder a ponto de pôr em risco a própria posição que pretendem manter? Os Estados Unidos, no governo de George W. Bush, não estavam caindo nessa armadilha, apesar do alerta de 1987 de Paul Kennedy de que o excesso de alcance e de extensão várias vezes mostrou ser o calcanhar de aquiles dos Estados e impérios hegemônicos? E, finalmente, “se os Estados Unidos, por si sós, não são mais grandes e engenhosos o suficiente para gerenciar a ampliadíssima economia mundial do século XXI, então que tipo de acumulação de poder político, sob que tipo de sistema político, será capaz de ocupar seu lugar, dado que o mundo ainda está fortemente comprometido com a acumulação de capital sem limites?”<sup>4</sup>.

Na busca de respostas a essas perguntas, Harvey interpreta a adoção do Projeto para o Novo Século Norte-Americano pelo governo Bush como abordagem de alto risco para manter a hegemonia norte-americana nas condições de integração global inaudita que se criou com a acumulação interminável de capital no fim do século XX. Se os Estados Unidos conseguissem estabelecer um regime amistoso no Iraque, fazer o mesmo no Irã, consolidar sua presença estratégica na Ásia central e, assim, dominar as jazidas de petróleo da bacia do Cáspio, “então poderiam, pelo controle da torneira global do petróleo, alimentar esperanças de manter o controle efetivo da economia global pelos próximos cinquenta anos”. Como todos os concorrentes econômicos dos Estados Unidos, tanto na Europa quanto na Ásia oriental, dependem muito do petróleo da Ásia ocidental,

[o] que seria melhor para os Estados Unidos evitarem aquela concorrência e garantirem sua própria posição hegemônica do que controlar o preço, as condições e a distribuição do principal recurso econômico de que dependem os concorrentes? E, para isso, o que seria melhor do que usar a única linha de força em que os Estados Unidos ainda são todo-poderosos – a força militar?<sup>5</sup>

Contudo, mesmo que essa estratégia tivesse sucesso militar, isso não seria suficiente para manter a posição *hegemônica* dos Estados Unidos. Assim, às vésperas da invasão norte-americana do Iraque, Thomas Friedman afirmara que não havia “nada de ilegítimo nem imoral na preocupação dos Estados Unidos com o fato de um ditador cruel e megalomaniaco ter influência excessiva sobre o recurso natural

<sup>4</sup> Ibidem, p. 33-5; Paul Kennedy, *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000* [ed. bras.: *Ascensão e queda das grandes potências*].

<sup>5</sup> David Harvey, *The New Imperialism*, p. 24-5, 75-8.

que alimenta a base industrial do mundo”. Mas os Estados Unidos precisavam tomar cuidado para transmitir ao público e garantir ao mundo que a intenção era “proteger o direito de sobrevivência econômica do mundo” e não o nosso próprio direito de nos fartarmos, e que os Estados Unidos estavam “agindo pelo bem do planeta, não apenas para alimentar os excessos norte-americanos. [...] Se ocuparmos o Iraque e simplesmente instalarmos um autocrata mais pró-americano para administrar o posto de gasolina iraquiano (como fizemos em outros Estados árabes produtores de petróleo), essa guerra seria imoral”<sup>6</sup>.

Harvey usa o argumento de Friedman para ilustrar a diferença, que já discutimos no capítulo 6, entre hegemonia no sentido gramsciano e dominação pura e simples. Em seguida, observa que no último meio século os Estados Unidos contaram frequentemente com meios coercivos para subjugar ou liquidar grupos antagonísticos dentro do país e sobretudo no exterior. Mesmo assim, a coação era “apenas uma base parcial e às vezes contraproducente do poder norte-americano”. Outra base igualmente indispensável era a capacidade dos Estados Unidos de mobilizar o consenso e a cooperação internacionais, agindo de modo a tornar plausível aos outros a afirmativa de que agiam em nome do interesse geral, mesmo quando na verdade punham em primeiro lugar o limitado interesse norte-americano<sup>7</sup>. Ainda para justificar a invasão do Iraque, o governo Bush fez o que pôde para convencer o mundo de que os Estados Unidos agiam “pelo bem do planeta, não apenas para alimentar excessos norte-americanos”, como sugerira Friedman. Entretanto, fora dos Estados Unidos poucos levaram essa alegação a sério. Desde o princípio, o principal problema não era que faltasse credibilidade às racionalizações sobre “armas de destruição em massa” e “conexão Iraque-Al Qaeda”, mas sim que a invasão se inserisse num projeto político mais amplo de dominação global norte-americana que enfatizava de maneira explícita a preservação do poder dos Estados Unidos por mais um século, quaisquer que fossem os interesses dos outros detentores de poder. A tentativa de implementar o plano com a decisão unilateral de invadir o Iraque “criou um elo de resistência [...] entre França, Alemanha e Rússia, apoiado até pela China”. Esse súbito realinhamento geopolítico tornou “possível discernir os contornos difusos de um bloco de poder eurasiático que há muito tempo Halford Mackinder previra que poderia dominar o mundo com facilidade em termos geopolíticos”<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> Citado em David Harvey, *The New Imperialism*, p. 24.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 39-40.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 84-5. Sobre a importância atual de Mackinder para o pensamento geoestratégico, ver também Paul Kennedy, “Mission Impossible?”.

À luz do constante e antigo temor de Washington de que um bloco assim realmente pudesse se concretizar, a ocupação do Iraque assumiu significado ainda mais amplo.

Isso não só é tentativa de controlar a torneira global do petróleo e, portanto, a economia global por meio da dominação do Oriente Médio, como também constitui uma poderosa cabeça-de-ponte militar norte-americana na massa terrestre eurásiana, que, tomada em conjunto com as alianças que se formam desde a Polônia e descem pelos Bálcãs, garante aos Estados Unidos forte posição geoestratégica na Eurásia com potencial para no mínimo desorganizar toda a consolidação de um poder eurásiano que possa ser, na verdade, o próximo passo daquela acumulação interminável de poder político que sempre deve acompanhar a acumulação igualmente interminável de capital.<sup>9</sup>

Foram esses planos de longo alcance que levaram os observadores a falar de um “novo” imperialismo. No entanto, como observa Harvey, “o equilíbrio de forças em ação dentro da lógica capitalista indica direções bem diferentes”<sup>10</sup>. A interação dessas forças com a lógica do expansionismo territorial constitui o tema deste capítulo. Começarei apresentando os conceitos de Harvey de “ajuste espacial” [*spatial fix*] e “acumulação por desapropriação” [*accumulation by dispossession*] e em seguida os usarei para contar à minha maneira o longo processo histórico de desenvolvimento capitalista e de expansão territorial que culminou – e atingiu seu limite – no projeto fracassado de um império norte-americano verdadeiramente universal.

### *Superacumulação e produção de espaço*

Uma das características mais essenciais (e teoricamente negligenciadas) do capitalismo histórico é a “produção de espaço”. Esse processo não só foi essencial para a sobrevivência do capitalismo em conjunturas especialmente difíceis, como defendeu Henri Lefebvre<sup>11</sup>, como também foi condição fundamental para a formação e o aumento do alcance global do capitalismo como sistema social histórico. A teoria de Harvey de um “ajuste espaciotemporal”, ou, para abreviar, “ajuste espacial”, aplicado à tendência para a crise da acumulação interminável de capital é uma explicação convincente do motivo por que a produção de espaço foi ingre-

<sup>9</sup> David Harvey, *The New Imperialism*, p. 85.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 86.

<sup>11</sup> Henri Lefebvre, *The Survival of Capitalism: Reproduction of the Relations of Production* [ed. port.: *A reprodução das relações de produção*].

diente tão essencial da reprodução ampliada do capitalismo<sup>12</sup>. Em *O novo imperialismo*, essa teoria é utilizada para ressaltar a ligação entre o surgimento do Projeto para o Novo Século Norte-Americano e a crise de superacumulação das décadas de 1970 e 1980, assim como as contradições entre a lógica territorial que está por trás desse projeto e a lógica capitalista. A palavra inglesa *fix* (“ajuste”, “conserto”) tem duplo significado:

Determinada porção do capital total está literalmente fixada na e sobre a terra, de modo físico, durante um período relativamente longo (dependendo da duração de sua vida física e econômica). Algumas despesas sociais (como educação pública e assistência médica) também se tornam territorializadas e permanecem geograficamente imóveis por meio de compromissos do Estado. O “ajuste” (*fix*) espaciotemporal, por outro lado, é metáfora para um tipo específico de solução para crises capitalistas por meio de adiamento temporal e expansão geográfica.<sup>13</sup>

O significado literal da palavra *fix* chama a atenção para a dependência da acumulação de capital com relação à existência de um ambiente de instalações construídas com esse fim (como portos, ferrovias, estradas, aeroportos, redes de telégrafo, sistemas de fibra óptica, oleodutos, rede elétrica, rede de água e de esgoto, além de fábricas, escritórios, moradias, hospitais e escolas), que constituem o capital fixo *embutido* na terra, ao contrário das formas de capital fixo (como navios, caminhões, aviões e máquinas) que podem ser deslocadas. É somente ao fixar algumas infraestruturas físicas *no* espaço que o capital, em todas as suas formas fisicamente móveis, pode se mover de fato *pelo* espaço em busca do lucro máximo<sup>14</sup>.

Em contraste, o significado metafórico da palavra *fix* [conserto, ajuste, remendo] destaca a tendência da acumulação de capital bem-sucedida no estímulo incessante da redução e até na eliminação das barreiras espaciais – o que Marx chamava de “aniquilação do espaço através do tempo” –, minando sem querer os privilégios monopolistas vinculados a lugares específicos por meio da intensificação da concorrência no espaço geográfico. Como resultado dessa tendência, periodicamente o capital acumula, acima de tudo, o que pode ser reinvestido com lucro na produção e na troca de mercadorias dentro de sistemas territoriais existentes. Esse excedente de capital materializa-se em estoques de mercadorias enca-

<sup>12</sup> David Harvey, *Limits to Capital*, e os ensaios reunidos em *Spaces of Capital: Towards a Critical Geography*.

<sup>13</sup> Idem, *The New Imperialism*, p. 115.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 99-100.

lhadas (dos quais só é possível se livrar com prejuízo), em capacidade produtiva ociosa e em liquidez que não tem onde ser investida de modo lucrativo. A incorporação de espaço novo ao sistema de acumulação “repara” (ou seja, dá uma solução a) a crise subsequente de superacumulação ao absorver esses excedentes, primeiro com o “diferimento temporal” [*temporal deferral*] e depois com a expansão espacial do sistema de acumulação. A absorção pelo diferimento temporal refere-se especificamente à produção de espaço, ou seja, à utilização de capital excedente para disponibilizar o novo espaço e dotá-lo da infraestrutura necessária, tanto física quanto social. A absorção pela ampliação espacial, por sua vez, refere-se à utilização de capital excedente nas novas combinações produtivas que se tornam lucrativas com a expansão geográfica do sistema de acumulação depois que o novo espaço foi produzido de maneira adequada<sup>15</sup>.

O efeito combinado das tendências para as quais os dois significados de “ajuste espacial” [*spatial fix*] chamam nossa atenção é uma variante geográfica do processo de “destruição criativa” de Schumpeter, que discutimos no capítulo 3. Como explica Harvey:

O efeito agregado é [...] que o capitalismo busca perpetuamente criar uma paisagem geográfica que facilite suas atividades em determinado momento, apenas para destruí-la e construir uma paisagem totalmente diferente num momento posterior para acomodar a sede perpétua de acumulação interminável de capital. Assim é a história da destruição criativa escrita na paisagem da verdadeira geografia histórica da acumulação de capital.<sup>16</sup>

A lista de inovações que impulsionam o processo de destruição criativa realmente, definida pelo próprio Schumpeter, incluía mudanças da configuração espacial do comércio e da produção. Schumpeter, porém, nunca detalhou a relação entre inovações que alteravam a configuração espacial do comércio e da produção e outros tipos de inovação. É isso o que Harvey faz ao sublinhar o papel inter-relacionado das vantagens da tecnologia e da localização na geração do excesso de lucro que impulsiona a dinâmica schumpeteriana. Nessa dinâmica, como observamos no capítulo 3, o excesso de lucro (a “remuneração espetacular” de Schumpeter) tem duplo papel. De um lado, é um incentivo constante à inovação e, de outro, impulsiona a atividade daquela vasta maioria de empresários que entra no setor gerador de excesso de lucro e, no processo, deflagra a concorrência que não só elimina o excesso de lucro, como também provoca prejuízo generalizado porque

<sup>15</sup> Ibidem, p. 98-9, 109-12.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 101.

destrói as combinações produtivas preexistentes. Harvey teoriza um processo semelhante, mas concentra-se no fato de que, como indivíduos, os capitalistas podem obter excesso de lucro não só porque adotam melhor tecnologia, mas também porque buscam lugares melhores.

Existe, portanto, uma troca direta entre mudar de tecnologia ou de localização na busca competitiva do excesso de lucro. [...] [Em] ambos os casos, o excesso de lucro apurado por capitalistas individualmente [...] desaparece assim que outros capitalistas adotam a mesma tecnologia ou se mudam para lugares igualmente vantajosos. [...] Na medida em que as oportunidades de excesso de lucro oriundas da localização são eliminadas [...], maior o incentivo competitivo dos capitalistas individualmente para destruir a base do equilíbrio [resultante] por meio da mudança tecnológica [...]. A concorrência [portanto] promove simultaneamente mudanças da configuração espacial da produção, mudanças nas misturas tecnológicas, reestruturação de relações de valor e mudanças temporais na dinâmica geral de acumulação. O aspecto espacial da concorrência é ingrediente volátil dessa mistura volátil de forças.<sup>17</sup>

Em geral, as mudanças espaciotemporais da dinâmica geral de acumulação que absorvem o capital excedente “ameaçam [...] os valores já fixados no lugar (embutidos na terra), mas ainda não realizados”. Assim,

A vasta quantidade de capital fixado no lugar age como âncora da capacidade de concretizar o ajuste espacial em outro lugar. [...] Se o capital realmente se muda, ele deixa atrás de si um rastro de devastação e desvalorização; as desindustrializações vividas no coração do capitalismo [...] nas décadas de 1970 e 1980 são casos desse tipo. Se o capital não se muda ou não pode mudar-se [...], então o capital superacumulado fica para ser desvalorizado diretamente pela deflagração de uma recessão deflacionária ou depressão.<sup>18</sup>

Seja como for, os ajustes espaciais envolvem volatilidade inter-regional e redirecionamento do fluxo de capital de um espaço para outro. O redirecionamento pode ser suave ou gerar o que Harvey chama de “crises de mudança” [*switching crises*]<sup>19</sup>. Ele não especifica o que são exatamente essas crises. Contudo, sua linha de argumentação parece ser que as crises de mudança são momentos de impasse que surgem da resistência à realocação envolvida nos ajustes espaciotemporais,

<sup>17</sup> Idem, *Limits to Capital*, p. 390-3; e também *The New Imperialism*, p. 96-8. *Mutatis mutandis*, as considerações de Harvey sobre a relação entre inovações tecnológicas e a luta por vantagem na localização também se aplicam às inovações do produto.

<sup>18</sup> Idem, *The New Imperialism*, p. 116.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 121-3; *Limits to Capital*, p. 428-9.

que volta e meia revolucionam a geografia histórica do capitalismo. Essa resistência nasce em parte da lógica contraditória da acumulação de capital propriamente dita. Na verdade, “quanto mais o capitalismo se desenvolve”, argumenta Harvey, “mais ele tende a sucumbir às forças propícias à inércia geográfica”.

A circulação de capital está cada vez mais aprisionada em infra-estruturas físicas e sociais imóveis, elaboradas para sustentar certos tipos de produção [...], processos de trabalho, sistemas de distribuição, padrões de consumo e assim por diante. Volumes crescentes de capital fixo [...] limitam a mobilidade desinibida. [...] Alianças territoriais, que muitas vezes se tornam cada vez mais poderosas e mais profundamente entranhadas, surgem [...] para conservar privilégios já conquistados, sustentar investimentos já feitos, manter intactos acordos locais e proteger-se dos ventos frios da concorrência espacial. [...] Não é possível obter novas configurações espaciais, porque as desvalorizações regionais não conseguem seguir seu curso.<sup>20</sup>

As forças da inércia geográfica podem, entretanto, se originar em parte na resistência não à mudança econômica como tal, mas nas consequências políticas e sociais reais ou imaginárias dos ajustes espaciais. Ao discutir a resistência às consequências políticas, Harvey concentra-se na China como localização mais promissora do ajuste espacial eficaz para a crise de super-acumulação em andamento. Não só a China se tornou o atrator de investimento estrangeiro direto com maior crescimento, como também seu mercado interno cresce mais depressa que todos os outros. Na opinião de Harvey, são ainda mais fantásticas as possibilidades de investimento de longo prazo em infraestrutura. O esforço envolvido na construção de novos sistemas de metrô, autoestradas, ferrovias e na atualização da infraestrutura urbana “é muito maior *in totum* do que aquela realizada pelos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960, com potencial para absorver excedentes de capital ainda durante vários anos”<sup>21</sup>.

Em grande parte financiada pelo déficit, essa produção maciça de novo espaço traz consigo o risco de uma grande crise fiscal do Estado chinês. No entanto, supondo que essa crise possa ser evitada ou superada com sucesso, o ajuste espaciotemporal “tem consequências globais não só por absorver o capital superacumulado, mas também por alterar o equilíbrio do poder econômico e político a favor da China [...] e talvez colocar a região asiática, sob liderança chinesa, em posição muito mais competitiva diante dos Estados Unidos”. É essa possibilidade que torna ainda mais provável a resistência norte-americana ao ajuste espacial suave, apesar

<sup>20</sup> Idem, *Limits to Capital*, p. 428-9.

<sup>21</sup> Idem, *The New Imperialism*, p. 123.

de esse processo ter a melhor possibilidade de solucionar a crise subjacente de superacumulação<sup>22</sup>. Assim, a associação entre ajustes espaciais e mudanças hegemônicas reforça a situação paradoxal que enfrentam sempre os centros dominantes do desenvolvimento capitalista. O desenvolvimento irrestrito de novas regiões leva a desvalorização a esses centros, por meio da intensificação da concorrência internacional. O desenvolvimento restrito no exterior limita a concorrência internacional, mas impede oportunidades de investimento lucrativo do capital excedente e, assim, provoca desvalorizações geradas internamente<sup>23</sup>.

Se o centro ameaçado pela concorrência também é um centro hegemônico, qualquer resultado pode reduzir não só o valor de seu patrimônio, como também seu poder. Pior ainda, pode prejudicar a estabilidade social do centro ameaçado, porque os ajustes espaciais das crises de superacumulação têm sempre uma dimensão social que afeta seu ímpeto de modo positivo ou negativo. A princípio, Harvey derivou essa dimensão social da observação que Hegel faz na *Filosofia do direito* de que a sociedade burguesa parece incapaz de resolver, por mecanismos *internos*, o problema da desigualdade e da instabilidade sociais que nascem da tendência a superacumular riqueza num polo e privação no outro. Assim, a sociedade civil “madura” é levada a buscar soluções *externas*, por meio do comércio exterior e de práticas coloniais ou imperiais<sup>24</sup>. Em *O novo imperialismo*, Harvey complementa essa observação com a tese de Hannah Arendt de que “a comunidade de Hobbes é uma estrutura vacilante e precisa sempre dispor de muletas novas vindas de fora; caso contrário, desmoronaria da noite para o dia no caos sem objetivo e sem sentido dos interesses privados do qual brotou”<sup>25</sup>.

Harvey acha a proposição de Arendt especialmente adequada para os Estados Unidos. Nessa “sociedade imigrante multicultural bastante extraordinária [...], o individualismo competitivo e feroz [...] revoluciona perpetuamente a vida social, econômica e política [...] [e torna] a democracia cronicamente instável”. A dificuldade de obter coesão interna numa sociedade com tanta mistura étnica e tão intensamente individualista produziu a tradição que Richard Hofstadter descreveu no início da década de 1960 como “estilo paranoico” da política norte-americana, ou seja, a tradição de que o medo de algum “outro” (como o comunismo, o socialismo, o anarquismo, os “agitadores externos” ou, para a esquerda, as conspirações

<sup>22</sup> Ibidem, p. 123-4.

<sup>23</sup> Idem, *Limits to Capital*, p. 435.

<sup>24</sup> G. W. Hegel, *The Philosophy of Right*, p. 149-52 [ed. bras.: *Princípios da filosofia do direito*]; David Harvey, *Spaces of Capital*, cap. 14; *Limits to Capital*, p. 414-5.

<sup>25</sup> Hannah Arendt, *The Origins of Totalitarianism*, p. 142 [ed. bras.: *Origens do totalitarismo*].

capitalistas ou do Estado) é essencial para criar solidariedade política na frente interna<sup>26</sup>. Às vezes, “o país todo parece agitado a ponto de ser ingovernável”. Apesar do *boom* econômico e do fim da ameaça comunista com o término da Guerra Fria (ou por causa disso), a década de 1990 foi uma dessas épocas, na avaliação de Harvey, e parte do encanto eleitoral de George W. Bush em 2000 deveu-se “à sua promessa de oferecer uma bússola moral independente e firme a uma sociedade civil que estava saindo do controle”. Seja como for, o 11 de Setembro “foi o estímulo para romper com o comportamento dissoluto dos anos 1990”. Nesse aspecto, a guerra contra o Iraque não foi um mero desvio das dificuldades internas, mas “a oportunidade grandiosa de impor internamente uma nova sensação de ordem social e pôr de joelhos a comunidade das nações”. Mais uma vez, o “cruel inimigo de fora tornou-se a força primordial para exorcizar ou domar os demônios que se escondiam internamente”<sup>27</sup>.

Essas observações indicam que os *spatial fixes* [ajustes espaciais] são restritos não só pela resistência à realocação econômica e aos realinhamentos geopolíticos a ela associados, mas também pela resistência à mudança social. Afinal, ambos os significados de *spatial fix* têm aspectos sociais incontornáveis. A fixação literal do capital na forma de portos, estradas, aeroportos, rede elétrica, rede de água e de esgoto, fábricas, moradias, hospitais, escolas etc. na e sobre a terra cria algo além da paisagem geográfica que facilita a acumulação de capital. Também cria um hábitat humano específico de reprodução e interação social. Por outro lado, o *spatial fix* metafórico das crises de superacumulação engloba muito mais do que a desvalorização do capital fixado em e sobre a terra, que fica obsoleto com a criação da nova paisagem geográfica. Envolve também a devastação do hábitat humano embutido na paisagem obsoleta da acumulação de capital.

Como Polanyi ressaltou há muito tempo com referência especial à crise de superacumulação do fim do século XIX e início do século XX, as devastações desse tipo provocam inevitavelmente a “autoproteção da sociedade” em formas políticas tanto progressistas quanto reacionárias, mobilizada por forças que buscam retardar ou reverter a realocação das atividades econômicas e do poder político cau-

<sup>26</sup> David Harvey, *The New Imperialism*, p. 15-6, 49; Richard Hofstadter, *The Paranoid Style in American Politics and Other Essays*. Hofstadter apresentou a noção do estilo paranoico da política norte-americana com referência específica aos direitistas radicais que conseguiram aprovar Barry Goldwater na convenção de 1964 do Partido Republicano. Hoje, observa Krugman, esses radicais controlam tanto o Congresso quanto a Casa Branca, de modo que a “paranoia política [...] se tornou a linha predominante” (“The Paranoid Style”, *The New York Times*, 9/10/2006).

<sup>27</sup> David Harvey, *The New Imperialism*, p. 16-7.

sada pelo ajuste espacial<sup>28</sup>. Essa mobilização reforça a inércia geográfica e torna mais problemática a solução da crise de superacumulação. Contudo, há uma saída possível para esse impasse, ou seja, o uso de meios financeiros “para livrar o sistema da superacumulação com a imposição de crises de desvalorização aos territórios vulneráveis”. Harvey chama a mobilização desses meios de “lado sinistro e destrutivo dos ajustes espaciotemporais para o problema da superacumulação”<sup>29</sup>. Examinaremos rapidamente o que isso envolve.

### *Acumulação por desapropriação*

Ao discutir a absorção de capital excedente na produção de espaço novo, Harvey ressalta que a conversão de estoques encaixados e a capacidade produtiva ociosa em investimentos em infraestrutura depende fundamentalmente do papel mediador das instituições financeiras e estatais. “Capital excedente em camisas e calçados não pode se transformar diretamente em aeroportos ou institutos de pesquisa.” Mas as instituições estatais e financeiras têm capacidade de gerar crédito proporcional ao capital excedente encerrado na produção de camisas e calçados e oferecê-lo a entidades capazes e dispostas a investi-lo em aeroportos, institutos de pesquisa ou quaisquer outras formas de investimento em infraestrutura envolvidas na produção de espaço novo. É claro que os Estados também têm o poder de converter o capital excedente na produção de espaço novo por meio do financiamento do déficit ou pela aplicação de receitas fiscais em investimento em infraestrutura<sup>30</sup>.

No mundo real do capitalismo, essa função construtiva das finanças públicas e privadas está invariavelmente entrelaçada com os *booms* e as quebras por especulação dos mercados fundiário e imobiliário e da dívida do governo. Os excessos especulativos desviam capital do comércio e da produção e acabam como desvalorizações. No entanto, a redução da especulação levaria a um “resultado igualmente odioso do ponto de vista do capitalismo”.

A transformação de configurações espaciais no ambiente construído seria impedido e a paisagem física necessária para a acumulação futura não teria esperanças de se materializar. [...] A especulação crescente e a apropriação irrestrita, por mais custosas que

<sup>28</sup> Polanyi não fala de ajustes espaciais nem de crises de superacumulação. Ainda assim, sua ênfase na oposição de “habitação *versus* progresso” passa a mesma ideia de contradição fundamental entre, de um lado, a tendência do capital de transformar impiedosamente as paisagens geográficas e, de outro, a tendência das comunidades inseridas nessas paisagens de resistir a essas transformações impiedosas (Karl Polanyi, *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*, cap. 3 [ed. bras.: *A grande transformação: as origens da nossa época*]).

<sup>29</sup> David Harvey, *The New Imperialism*, p. 134-5.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 113; *Limits to Capital*, p. 404.

sejam para o capital e prejudiciais à vida da mão-de-obra, geram o fermento caótico do qual podem brotar as novas configurações espaciais.<sup>31</sup>

Desde que os excessos especulativos favoreçam, em vez de atrapalhar, o surgimento de novas configurações espaciais que permitam ao comércio e à produção expandir-se mais do que poderiam nas configurações preexistentes, eles são “males necessários” de um jogo que, em tudo mais, é de soma positiva. Foi assim que a retórica oficial justificou os excessos especulativos e a “exuberância irracional” da década de 1990: afirmou-se que, em última instância, a mobilidade espacial irrestrita do capital beneficiava a reprodução ampliada da economia global, inclusive de seus componentes mais vulneráveis. Entretanto, sob a retórica oficial está a realidade mais destrutiva do jogo de soma negativa que atrapalhou, em vez de facilitar, o surgimento de novas configurações espaciais.

Como a guerra em relação à diplomacia, a intervenção do capital financeiro apoiado pelo poder estatal significa, com frequência, acumulação por outros meios. A aliança profana entre o poder estatal e os aspectos predatórios do capital financeiro cria o fio cortante do “capitalismo de abutres”, que tanto diz respeito às práticas canibais e às desvalorizações forçadas quanto ao desenvolvimento global harmonioso.<sup>32</sup>

Harvey prossegue, observando que esses “outros meios” são o que Marx, acompanhando Smith, chamou de meios de acumulação “primitiva” ou “original”. Ele cita e sanciona a observação de Arendt de que “o surgimento de dinheiro ‘supérfluo’ [...] que não consegue mais encontrar investimento produtivo dentro das fronteiras nacionais” criou uma situação no fim do século XIX e início do XX em que o “pecado original do simples roubo”, de Marx, “acabou tendo de se repetir para que o motor da acumulação não parasse de repente”. Como situação semelhante parece ter surgido outra vez no fim do século XX e início do XXI, Harvey defende a “reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação ‘primitiva’ ou ‘original’ na longa geografia histórica da acumulação de capital”. E como ele acha estranho chamar um processo em andamento de “primitivo” ou “original”, propõe substituir essas palavras pelo conceito de “acumulação por desapropriação”<sup>33</sup>.

Historicamente, a acumulação por desapropriação assumiu muitas formas diferentes, como a conversão de várias formas de direito de propriedade (comum,

<sup>31</sup> Idem, *Limits to Capital*, p. 398; ver também *The New Imperialism*, p. 131-2.

<sup>32</sup> Idem, *The New Imperialism*, p. 136.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 142-4; Karl Marx, *Capital* (1959), v. 1, p. 713 [ed. bras.: *O capital*]; Hannah Arendt, *The Origins of Totalitarianism*, p. 148.

coletiva, estatal etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a apropriação colonial, semicolonial, neocolonial e imperial de ativos e recursos naturais; e a eliminação de alternativas ao uso capitalista dos recursos humanos e naturais. Embora muito tenha sido contingente e ocasional no *modus operandi* desses processos, o capital financeiro e o sistema de crédito foram alavancas importantes de desapropriação, enquanto os Estados, com o monopólio da violência e das definições de legalidade, foram protagonistas fundamentais. Mas sejam quais forem suas manifestações, agências e instrumentos,

[o] que a acumulação por desapropriação faz é liberar um conjunto de ativos (inclusive força de trabalho) a custo baixíssimo (zero, em alguns casos). O capital superacumulado pode tomar posse desses ativos e empregá-los imediatamente em uso lucrativo.<sup>34</sup>

Na opinião de Harvey, o surgimento da ideologia neoliberal e da política de privatização associada a ela a partir do fim da década de 1970 constitui a vanguarda da fase atual de acumulação por desapropriação. O colapso da União Soviética e a privatização selvagem realizada sob o título de “terapia de choque”, e aconselhada por potências capitalistas e instituições financeiras internacionais, foi um episódio importante da liberação a preço de banana de ativos até então inacessíveis. Entretanto, teve a mesma importância a liberação de ativos desvalorizados em outros países de baixa renda na esteira das crises financeiras que marcaram a liberalização dos fluxos de capital nas décadas de 1980 e 1990<sup>35</sup>. É claro que sempre há o perigo de que crises locais e desvalorizações localizadas saiam de controle e deflagrem um colapso global ou provoquem a revolta contra o sistema, visto como seu gerador. Portanto, enquanto orchestra o processo a seu próprio favor, a potência hegemônica precisa organizar “operações de resgate” para manter nos trilhos a acumulação global de capital. A mistura de coação e consenso usada nesses resgates varia consideravelmente. Ainda assim, conclui Harvey,

[ela revela] como a hegemonia é construída com mecanismos financeiros de modo a beneficiar o país hegemônico, enquanto leva os Estados subalternos pelo caminho supostamente dourado do desenvolvimento capitalista. O cordão umbilical que liga acumulação por desapropriação a reprodução ampliada é aquele dado pelo capital financeiro e pela instituição de crédito, apoiados, como sempre, pelo poder estatal.<sup>36</sup>

Como vimos no capítulo 3, Marx também enfatizava o papel fundamental que as instituições financeiras e estatais tiveram ao vincular a acumulação por

<sup>34</sup> David Harvey, *The New Imperialism*, p. 145-9.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 149-50, 156-61.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 151-2.

desapropriação (a acumulação primitiva) em diferentes locais à reprodução ampliada do capitalismo histórico. Contudo, ao contrário de Harvey, ele concentrava-se exclusivamente no papel da dívida nacional e do sistema de crédito internacional como meios de cooperação invisível entre capitalistas que “fomentaram” a acumulação de capital repetidas vezes no espaço-tempo do sistema capitalista mundial desde o seu surgimento até a época em que ele escreveu. Observamos que, na sequência de Marx de Estados capitalistas cooperantes, o que surge como “ponto de partida” num centro novo (Holanda, Inglaterra, Estados Unidos) é, ao mesmo tempo, “resultado” de longos períodos de acumulação de capital (e finalmente de superacumulação) em centros antes estabelecidos (Veneza, Holanda, Inglaterra). Além disso, embora Marx não o diga explicitamente, cada novo centro principal de sua sequência é uma entidade de escala e alcance territorial maior que seus predecessores.

A sequência de Marx, nos termos da conceituação de Harvey, descreve uma série de ajustes espaciais de escala e alcance cada vez maiores que oferecem vias de escape lucrativas para o capital excedente que se superacumula em centros capitalistas antes estabelecidos e, ao mesmo tempo, *reduzem* a necessidade de acumulação por desapropriação nos centros recém-surgidos. Se essa tendência ainda estivesse em ação nos dias de hoje, os Estados Unidos e outros centros maduros de acumulação de capital estariam emprestando “volumes enormes de capital” a centros emergentes. Então, por que é que os Estados Unidos, em vez de emprestar, toma emprestados volumes enormes de capital, como já foi constatado no capítulo 5, ao ritmo de mais de 2 bilhões de dólares por dia? E por que é que parte cada vez maior desse capital vem de centros emergentes, principalmente da China?

Essa anomalia assinala um bloqueio dos mecanismos que no passado facilitaram a absorção de capital excedente em ajustes espaciais de tamanho e alcance cada vez maiores. Harvey não trata dessa anomalia, mas sua teoria do ajuste espacial indica que o fortalecimento das forças econômicas, políticas e sociais de inércia geográfica podem ser a causa do bloqueio. Embora essa seja, sem dúvida alguma, parte da explicação, outra razão poderia ser que a acumulação por desapropriação chegou ao seu limite, seja porque o principal centro emergente (a China) está acumulando capital por outros meios – hipótese plausível, como veremos no capítulo 12 –, seja porque os meios coercivos não podem mais criar um ajuste espacial de tamanho e alcance suficientes para absorver de modo lucrativo a massa de capital excedente nunca antes vista que está se acumulando no mundo todo.

Harvey não investiga essa possibilidade nem esclarece a ligação entre o fato de Washington ter adotado o programa do Novo Século Americano e a acumu-

lação por desapropriação. Embora sugira que “a desapropriação do petróleo iraquiano” poderia marcar o princípio da continuação, por meios militares, da acumulação por desapropriação, ele também afirma que a lógica territorial específica que o projeto imperial neoconservador buscou impor era profundamente incoerente com a lógica capitalista de poder. Ainda que as despesas militares possam estimular a economia norte-americana no curto prazo, seu efeito mais duradouro será o maior endividamento externo dos Estados Unidos e, portanto, a maior vulnerabilidade à fuga de capitais. Os riscos para o capital financeiro em continuar suportando a dívida nacional aumentará proporcionalmente, e se essa situação não mudar, mais cedo ou mais tarde a fuga de capitais levará a economia norte-americana a um “ajuste estrutural” que trará consigo “um grau nunca visto de austeridade, sem nada parecido desde a Grande Depressão da década de 1930”<sup>37</sup>.

Harvey especulou que, nessas circunstâncias, os Estados Unidos “ficariam extremamente tentados a usar seu poder sobre o petróleo para frear a China, provocando, no mínimo, um conflito geopolítico na Ásia central e talvez espalhando-o para um conflito mais global”. A única alternativa realista para resultado tão desastroso, em sua opinião, seria algum tipo de “novo ‘New Deal’” encabeçado pelos Estados Unidos e pela Europa, nacional e internacionalmente. “Isso significa libertar a lógica do capital [...] das suas correntes neoliberais, reformular o poder estatal segundo linhas bem mais intervencionistas e redistributivas, restringir o poder especulativo do capital financeiro e descentralizar ou controlar democraticamente o poder avassalador dos oligopólios e monopólios (especialmente [...] do complexo militar-industrial).” Esse projeto alternativo lembra o “ultraimperialismo” das potências capitalistas cooperantes vislumbrado por Karl Kautsky há muito tempo e, como tal, tem suas próprias conotações e consequências negativas. Ainda assim, “parece propor uma trajetória imperial bem menos violenta e bem mais benevolente do que o grosseiro imperialismo militarista proposto atualmente pelo movimento neoconservador dos Estados Unidos”<sup>38</sup>.

Nos quatro anos decorridos desde que isso foi escrito, o desenrolar do projeto imperial neoconservador excluiu a possibilidade de que a apropriação do petróleo iraquiano por meios militares pudesse dar início a uma fase de acumulação por desapropriação e aumentou ainda mais a dívida externa dos Estados Unidos e sua vulnerabilidade à fuga de capitais. Entretanto, até agora o capital financeiro e os governos estrangeiros continuam a subscrever a dívida nacional norte-americana, de modo que nenhuma fuga de capitais levou a economia dos Estados Unidos ao ajuste estrutural que lhes daria certa austeridade e, muito menos, a algo compará-

<sup>37</sup> Ibidem, p. 201-2, 204-9.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 209-11.

vel à experiência da década de 1930. Embora a fuga e o ajuste estrutural continuem possíveis, é difícil dizer como os Estados Unidos reagiriam caso eles de fato se materializassem. Como veremos na quarta parte do livro, o fracasso no Iraque não desencorajou os Estados Unidos a adotar estratégias com relação à China que podem deflagrar o tipo de conflito geopolítico vislumbrado por Harvey. Mas o ambiente econômico e político global tornou-se menos propício a esse resultado e, de qualquer modo, o projeto “ultraimperialista” euro-americano não é a única alternativa, nem a mais plausível, para o grosseiro imperialismo militarista posto em prática com tão pouco sucesso pelo governo Bush.

Para identificar toda a gama de possibilidades históricas propostas pelo desenrolar da hegemonia norte-americana, os conceitos de ajuste espacial e de acumulação por desapropriação devem ser reconfigurados de um ponto de vista histórico mais amplo e extenso do que o de Harvey. Dentro dessa óptica, o novo imperialismo surgirá como resultado, de um lado, de um longo processo histórico de tamanho e alcance cada vez maiores e, de outro, da tentativa dos Estados Unidos de levar esse processo a cabo por meio da formação de um governo mundial centrado neles próprios. Essa tentativa, afirmo eu, fazia parte da hegemonia norte-americana desde o princípio. No governo de George W. Bush, ela simplesmente atingiu seu limite e, com toda a probabilidade, deixará de ser o determinante principal das transformações em andamento na economia política global.

### *Superacumulação e financeirização*

Em *Origens do totalitarismo*, Arendt faz uma observação reveladora, embora um tanto funcionalista, sobre a relação entre a acumulação de capital e a acumulação de poder:

A insistência de Hobbes no poder como motor de tudo o que é humano [...] surgiu da proposição teoricamente indiscutível de que a acumulação infindável de propriedade precisa se basear numa acumulação infindável de poder. [...] O processo ilimitado de acumulação de capital *necessita* da estrutura política de um “poder tão ilimitado” que possa proteger a propriedade crescente, tornando-se constantemente mais poderoso. [...] Esse processo de acumulação infindável de poder *necessário* para a proteção da acumulação infindável de capital determinou a ideologia “progressista” do fim do século XIX e prenunciou o surgimento do imperialismo.<sup>39</sup>

<sup>39</sup> Hannah Arendt, *The Origins of Totalitarianism*, p. 143. Grifei “necessita” e “necessário” para destacar, para referência futura, a natureza funcionalista da tese de Arendt.

Depois de citar essa observação teórica, Harvey escreve que ela corresponde “exatamente” à minha própria descrição empírica da sucessão de organizações dominantes que promoveu e sustentou a formação do sistema capitalista mundial, desde as cidades-Estado italianas até as fases de hegemonia holandesa, britânica e norte-americana<sup>40</sup>.

Assim como no fim do século XVII e início do XVIII o papel hegemônico tornou-se grande demais para um país com o tamanho e os recursos das Províncias Unidas, no início do século XX esse papel tornou-se grande demais para um Estado com o tamanho e os recursos do Reino Unido. Em ambos os casos, o papel hegemônico coube a um Estado – o Reino Unido no século XVIII, os Estados Unidos no século XX – que passou a gozar de uma “renda de proteção” substancial, ou seja, vantagens de custo exclusivas, associadas à insularidade geoestratégica absoluta ou relativa. [...] Mas esse Estado, em ambos os casos, também foi portador de peso suficiente na economia mundial capitalista para ser capaz de alterar o equilíbrio de poder entre os Estados concorrentes na direção que bem quisesse. E como a economia mundial capitalista expandiu-se consideravelmente no século XIX, o território e os recursos necessários para tornar-se hegemônico no início do século XX eram muito maiores do que no XVIII.<sup>41</sup>

Embora inegável, a correspondência não é “exata”, como sugere Harvey. Afinal, a observação de Arendt refere-se à acumulação de poder e capital *dentro dos Estados*, enquanto a minha se refere à acumulação de poder e capital num *sistema de Estados* em evolução. A diferença é fundamental em mais de um aspecto.

Arendt chama nossa atenção para o processo pelo qual os Estados capitalistas tendem a vivenciar individualmente a acumulação de “dinheiro supérfluo” (ou seja, de mais capital do que é possível reinvestir com lucro dentro das fronteiras nacionais) e a necessidade de se tornar mais poderoso para proteger a propriedade crescente. Desse ponto de vista, o imperialismo de tipo capitalista é uma política que visa tanto a encontrar aplicações externas lucrativas para o capital excedente quanto a fortalecer o Estado. Minha observação, ao contrário, chama nossa atenção para o processo pelo qual organizações capitalistas cada vez mais poderosas tornaram-se agentes da expansão de um sistema de acumulação e domínio que, desde o princípio, englobava uma multiplicidade de Estados. Desse ponto de vista, o imperialismo de tipo capitalista é um aspecto das lutas constantes pelas quais os Estados capitalistas usaram meios coercivos na tentativa de

<sup>40</sup> David Harvey, *The New Imperialism*, p. 34-5. Minhas observações empíricas foram feitas independentemente das teses teóricas de Arendt. Sou grato a Harvey por mostrar a correspondência entre elas.

<sup>41</sup> Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*, p. 62.

virar a seu favor as mudanças espaciais causadas pela acumulação “interminável” de capital e poder<sup>42</sup>.

Como ressalta Harvey, o capital financeiro, apoiado pelo poder estatal, tem papel mediador fundamental tanto na produção de espaço envolvida na reprodução ampliada do capital quanto nas “práticas canibalistas e desvalorizações forçadas” que constituem a essência da acumulação por desapropriação. No entanto, ele é vago a respeito das coordenadas históricas mundiais desse papel. Como Arendt, parece adotar o ponto de vista de que o capital financeiro foi um ramo do capitalismo industrial do século XIX. Embora isso possa ser verdadeiro no caso do desenvolvimento capitalista de alguns Estados, certamente não é verdadeiro no caso do desenvolvimento capitalista em escala mundial.

Como antecipamos no capítulo 3, Braudel demonstrou que a financeirização (capacidade do capital financeiro de “tomar posse e dominar, ao menos por algum tempo, todas as atividades do mundo dos negócios”) como reação à superacumulação de capital (“acumulação de capital em escala que ultrapassa os canais normais de investimento”) esteve em evidência na economia europeia muito antes de o capitalismo se associar ao industrialismo. A isso devemos agora acrescentar que Braudel também apresenta uma lista de datas, lugares e agentes que nos permite basear no espaço e no tempo históricos mundiais as considerações teóricas de Harvey sobre o capital financeiro. Braudel sugere que os holandeses terem abandonado o comércio, por volta de 1740, para se tornarem “os banqueiros da Europa” foi típico de uma tendência sistêmica mundial recorrente. O mesmo processo foi visível na Itália no século XV e novamente por volta de 1560, quando os grupos dominantes da diáspora empresarial genovesa abandonaram aos poucos o comércio para exercer, durante cerca de setenta anos, o controle das finanças europeias comparável àquele que o Banco de Compensações Internacionais [Bank of International Settlement, BIS], da Basileia, teve no século XX, “controle tão discreto e sofisticado que os historiadores, durante muito tempo, deixaram de percebê-lo”. Depois dos holandeses, os britânicos repetiram a tendência durante e após a Grande Depressão de 1873-1896, quando “a aventura fantástica da Revolução Industrial” criou superabundância de capital pecuniário. É preciso acrescentar que, depois da aventura igualmente fantástica do chamado fordismo-keynesianismo, o capital norte-americano seguiu trajetória semelhante a partir da década de 1970. “[Todo] desenvolvimento capitalista desse tipo, ao chegar ao estágio de expansão

<sup>42</sup> Prefiro o adjetivo “interminável” ao “infundável” usado por Arendt, porque “interminável” transmite a ideia mais exata de uma acumulação que supostamente “nunca acaba” e, ao mesmo tempo, é um “fim em si mesma”, quer realmente acabe ou não.

financeira, parece ter anunciado, em certo sentido, sua maturidade: [é] *um sinal do outono*.”<sup>43</sup>

À luz dessas observações, a fórmula geral do capital definida por Marx (DMD') pode ser reinterpretada como se descrevesse não só a lógica dos investimentos capitalistas isolados, como também o padrão constante do capitalismo mundial. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de expansão financeira (fases DM'). Nas fases de expansão material, o capital dinheiro (D) põe em movimento uma massa cada vez maior de mercadorias (M), inclusive força de trabalho e dons da natureza; e em fases de expansão financeira, uma massa cada vez maior de capital dinheiro (D') liberta-se da forma mercadoria e a acumulação prossegue com negociações financeiras (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). Em conjunto, essas duas épocas ou fases constituem o que chamei de *ciclo sistêmico de acumulação* (DMD')<sup>44</sup>.

Partindo dessas premissas, identifiquei quatro ciclos desse tipo, cada um deles englobando um século “longo”: o ciclo ibero-genovês, que cobre o século XV ao início do XVII; o ciclo holandês, do fim do século XVI ao fim do XVIII; o ciclo britânico, de meados do século XVIII ao início do XX; e o ciclo norte-americano, do fim do século XIX à mais recente expansão financeira. Cada ciclo recebe o nome do complexo específico de agentes governamentais e empresariais que o definiu e conduziu o sistema capitalista mundial rumo à expansão material e, em seguida, à expansão financeira que, em conjunto, constituem o ciclo. Os sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação sobrepõem-se uns aos outros no início e no fim, porque as fases de expansão financeira foram não apenas o “outono” de evoluções importantes do capitalismo mundial, como também períodos em que um novo complexo governamental e empresarial dominante surgiu e, com o tempo, reorganizou o sistema, tornando possível nova expansão<sup>45</sup>.

As expansões material e financeira são ambos processos de um sistema de acumulação e de domínio que aumentou em tamanho e alcance no decorrer dos séculos, mas envolveu, desde o princípio, grande número e variedade de agentes

<sup>43</sup> Fernand Braudel, *Civilization and Capitalism, 15<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> Century*, v. 3: *The Perspective of the World*, p. 157, 164, 242-3, 246, destaques meus [ed. bras.: *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*, v. 3, *O tempo do mundo*].

<sup>44</sup> Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*, p. 4-6.

<sup>45</sup> Sobre a base teórica e histórica dos ciclos sistêmicos de acumulação, ver Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*. Para uma análise detalhada da transição da hegemonia holandesa para a britânica e da britânica para a americana, ver Giovanni Arrighi e Beverly J. Silver, *Chaos and Governance in the Modern World System* [ed. bras.: *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*].

governamentais e empresariais. Em cada ciclo, as expansões materiais ocorrem em virtude do surgimento de um bloco específico de agentes governamentais e empresariais capazes de levar o sistema a novo ajuste espacial, que cria condições para o surgimento de divisões de trabalho mais amplas ou profundas. Nessas condições, o retorno do capital investido no comércio e na produção aumenta; o lucro tende a ser aplicado, de modo mais ou menos rotineiro, em mais expansão do comércio e da produção; e, conscientemente ou não, os principais centros do sistema cooperam para manter a expansão uns dos outros. Com o tempo, porém, o investimento de uma massa sempre crescente de lucro no comércio e na produção leva inevitavelmente à acumulação de capital bem acima do que pode ser reinvestido na compra e na venda de mercadorias sem a redução drástica da margem de lucro. Nesse ponto, os agentes capitalistas tendem a invadir a esfera de ação uns dos outros; a divisão de trabalho que antes definia os termos da cooperação mútua desfaz-se; e a concorrência torna-se cada vez mais nociva. A possibilidade de recuperar o capital investido no comércio e na produção diminui e os agentes capitalistas tendem a manter líquida uma proporção maior do seu fluxo de caixa. Arma-se o palco, assim, para a mudança de fase, da expansão material para a financeira.

Em todas as expansões financeiras de importância sistêmica, a acumulação de capital excedente em forma líquida teve três efeitos principais. Em primeiro lugar, transformou o capital excedente embutido na paisagem, na infraestrutura e nos meios de comércio e de produção em oferta cada vez maior de dinheiro e crédito. Em segundo lugar, privou governos e populações dos rendimentos retirados previamente do comércio e da produção, que não eram mais realizados porque se tornaram pouco lucrativos ou arriscados demais. Finalmente, e em boa parte como corolário dos dois primeiros efeitos, criou nichos de mercado altamente lucrativos para intermediários financeiros capazes de canalizar a oferta de liquidez cada vez maior para governos ou populações em dificuldade financeira ou para empreendedores públicos e privados que pretendiam abrir novos caminhos para a geração de lucro no comércio e na produção.

Via de regra, os agentes principais da expansão material precedente estavam em melhores condições para ocupar esses nichos de mercado altamente lucrativos e, assim, conduzir o sistema de acumulação para a expansão financeira. Essa capacidade de mudar de um tipo de liderança para outro foi a principal razão para que, depois de sofrer a crise sinalizadora de hegemonia, todos os centros dominantes do capitalismo mundial desfrutaram de uma *belle époque* de inflação de sua riqueza e poder, mas ainda assim significativa. A razão por que todas essas *belles époques* foram fenômenos temporários é que elas tenderam a apro-

fundar a crise de superacumulação subjacente, em vez de resolvê-la. Portanto, exacerbaram a concorrência econômica, os conflitos sociais e as rivalidades entre os Estados num nível além do poder de controle dos centros dominantes. Antes de passarmos para a discussão da natureza inconstante das lutas que se seguiram, devemos fazer duas observações.

A primeira é que todas as expansões financeiras trouxeram consigo a acumulação por desapropriação. Basta mencionar que emprestar capital excedente a governos e populações em dificuldade financeira só seria lucrativo na medida em que redistribuísse o patrimônio ou a renda dos tomadores dos empréstimos entre os agentes que controlavam o capital excedente. Na verdade, esse tipo de redistribuição maciça foi o ingrediente fundamental de todas as *belles époques* do capitalismo financeiro, desde a Florença renascentista até as eras Reagan e Clinton. Entretanto, por si só não constituiu solução para a crise subjacente de superacumulação. Pelo contrário, ao transferir o poder de compra de estratos e comunidades com preferência por liquidez mais baixa (ou seja, com menos disposição para acumular capital dinheiro) para estratos e comunidades com preferência por liquidez mais alta, tendeu a provocar uma superacumulação de capital ainda maior e a repetição das crises de lucratividade. Além disso, ao alienar os estratos e comunidades que estavam sendo expropriados, tendeu a provocar também a crise de legitimidade. Obviamente, a combinação entre crises de lucratividade e de legitimidade é a condição subjacente à qual Arendt e Harvey atribuem o imperialismo de suas respectivas épocas. No entanto, condições comparáveis também eram visíveis em expansões financeiras anteriores, exacerbando direta ou indiretamente os conflitos dentro dos Estados e entre eles<sup>46</sup>.

Ao menos a princípio, a escalada dos conflitos entre Estados beneficiou os centros dominantes, porque inflacionou a necessidade financeira dos Estados e, desse modo, intensificou a competição mútua pelo capital móvel. Mas, em geral, assim que os conflitos se transformaram em grandes guerras, os centros dominantes perderam, até mesmo no âmbito financeiro, para centros emergentes que estavam em melhores condições de oferecer acumulação interminável de capital e poder com ajuste espacial de escala e alcance maiores que o anterior.

Isso nos leva à segunda observação, que diz respeito à transferência de capital excedente dos centros dominantes para os centros emergentes de desenvolvimento capitalista. Como observamos anteriormente, o papel que Marx

<sup>46</sup> Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*; Giovanni Arrighi e Beverly J. Silver, *Chaos and Governance in the Modern World System*, especialmente o capítulo 3.

atribuiu ao sistema de crédito na promoção desses pontos de realocação indica uma cooperação invisível entre capitalistas que *reduz* a necessidade de acumulação por desapropriação nos centros emergentes. Também observamos que a sequência dos principais centros capitalistas de Marx (Veneza, Holanda, Inglaterra e Estados Unidos) indica uma série de ajustes espaciais de escala e alcance cada vez maiores que criaram condições para a solução da crise de superacumulação anterior e a decolagem de nova fase de expansão material. A isso devemos acrescentar que as guerras tiveram papel muito importante nisso. Em pelo menos dois casos (da Holanda para a Grã-Bretanha e da Grã-Bretanha para os Estados Unidos), a realocação do capital excedente de centros maduros para centros emergentes começou muito antes da escalada dos conflitos entre Estados. Entretanto, essa transferência antecipada criou pretensões ao patrimônio e à renda futura dos centros emergentes que fizeram retornar aos centros maduros um fluxo de juros, lucros e rendas igual ou superior ao investimento original. Portanto, ela fortaleceu a posição dos centros dominantes no mundo das altas finanças, em vez de enfraquecê-la. Mas assim que as guerras se intensificaram, a relação credor-devedor que ligava os centros maduros aos emergentes foi forçosamente invertida e a realocação para os centros emergentes tornou-se, ao mesmo tempo, mais substancial e permanente.

Os mecanismos da inversão variaram consideravelmente de uma transição para outra. Na inversão Holanda-Grã-Bretanha, o mecanismo principal foi a pilhagem da Índia durante e após a Guerra dos Sete Anos, que permitiu à Grã-Bretanha comprar dos holandeses sua dívida nacional e, assim, iniciar as Guerras Napoleônicas quase sem dívida externa. Na inversão Grã-Bretanha-Estados Unidos, o mecanismo fundamental foi os Estados Unidos terem fornecido, durante a guerra, armas, máquinas, alimentos e matérias-primas bem além daquilo que a Grã-Bretanha podia pagar com suas receitas correntes. Mas em ambos os casos a guerra foi ingrediente essencial na troca de guarda dos postos dominantes do capitalismo mundial<sup>47</sup>.

<sup>47</sup> Quanto à inversão Holanda-Grã-Bretanha, ver Ralph Davis, *The Industrial Revolution and British Overseas Trade*, p. 55-6; Peter J. Cain e Anthony G. Hopkins, "The Political Economy of British Expansion Overseas, 1750-1914", p. 471; e Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*, p. 208-12. Quanto à inversão Grã-Bretanha-Estados Unidos, ver Barry Eichengreen e Richard Portes, "Debt and Default in the 1930s: Causes and Consequences", p. 601-3; Paul Kennedy, *The Rise and Fall of the Great Powers*, p. 268; Giovanni Arrighi e Beverly J. Silver, *Chaos and Governance in the Modern World System*, p. 73-7. As peculiaridades da inversão Estados Unidos-Ásia oriental em andamento já foram sugeridas na segunda parte deste livro e serão mais aprofundadas nos próximos capítulos.

## *Origem da estratégia capitalista de poder*

Ao contrário da leitura de alguns críticos, meu conceito de ciclos sistêmicos de acumulação não retrata a história do capitalismo como “o eterno retorno do mesmo”<sup>48</sup>. Ele mostra, em vez disso, que, exatamente quando o “mesmo” (ou seja, as expansões financeiras recorrentes no sistema como um todo) parecia voltar, novas rodadas de concorrência entre capitalistas, rivalidade entre Estados, acumulação por desapropriação e produção de espaço em escala cada vez maior *revolucionavam* a geografia e o modo de funcionamento do capitalismo mundial, assim como a sua relação com as práticas imperialistas. Assim, se nos concentrarmos nos “recipientes de poder”<sup>49</sup> que abrigaram o “quartel-general” dos principais agentes capitalistas dos ciclos sucessivos de acumulação, veremos imediatamente uma progressão da cidade-Estado e da diáspora comercial cosmopolitana (os genoveses) para um Estado protonacional (as Províncias Unidas) com as sociedades anônimas oficiais, um Estado multinacional (o Reino Unido) com um império tributário que dava a volta ao mundo e um Estado nacional do tamanho de um continente (os Estados Unidos) com um sistema de grandes empresas transnacionais, bases militares e instituições de governança mundial que englobam o mundo todo<sup>50</sup>.

Como mostra essa progressão, nenhum dos agentes que promoveram a formação e a expansão do capitalismo mundial corresponde ao Estado nacional mítico da teoria política e social: Gênova e as Províncias Unidas eram um pouco menos, o Reino Unido e os Estados Unidos um pouco mais que Estados nacionais. E desde o princípio, as redes de acumulação e poder que permitiram a esses agentes desempenhar o papel principal na formação e na expansão do capitalismo mundial não estavam “contidas” nos territórios metropolitanos que definiam sua identidade protonacional, multinacional ou nacional. Na verdade, o comércio de longa distância, as altas finanças e as práticas imperialistas relacionadas (ou seja, atividades guerreiras e de construção de impérios) eram fontes de lucro ainda mais essenciais para os primeiros agentes que para os últimos. Como sustenta Arendt, o imperialismo deve mesmo ser considerado “o primeiro estágio do domínio político

<sup>48</sup> Michael Hardt e Antonio Negri, *Empire*, p. 239 [ed. bras.: *Império*].

<sup>49</sup> Anthony Giddens criou essa expressão para caracterizar os Estados, especialmente os Estados nacionais. Como notará o leitor, a expressão é usada aqui para designar um conjunto mais amplo de organizações. Ver Anthony Giddens, *The Nation-State and Violence* [ed. bras.: *O Estado-nação e a violência*].

<sup>50</sup> Veja descrições detalhadas dessa progressão em Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*; e Giovanni Arrighi e Beverly J. Silver, *Chaos and Governance in the Modern World System*, capítulo I; Giovanni Arrighi e Beverly J. Silver, “Capitalism and World (Dis)Order”.

da burguesia, em vez de último estágio do capitalismo”<sup>51</sup>. Mas esse primeiro estágio deve ser situado nas cidades-Estado do início da era moderna e não nos Estados nacionais do fim do século XIX, como ela sugere.

O fato de as práticas imperialistas terem sido fonte de lucro mais importante nos primeiros estágios da expansão capitalista do que nos últimos não significa que as políticas e as ações dos agentes posteriores tenham sido menos imperialistas que as dos primeiros. Ao contrário, tornaram-se ainda mais imperialistas, em razão da interpenetração crescente das estratégias de poder capitalista e territorialista. Essa tendência pode ser claramente observada quando se compara a geografia histórica dos sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação.

Mesmo antes que o primeiro ciclo começasse a se materializar, algumas cidades-Estado italianas, mais notadamente Veneza, demonstraram a viabilidade da estratégia capitalista de poder no contexto europeu do início da era moderna. Os governantes que adotaram estratégias territorialistas buscavam acumular poder expandindo o tamanho de seus domínios territoriais. As burguesias que controlavam as cidades-Estado italianas, ao contrário, buscavam acumular poder expandindo seu domínio sobre o capital pecuniário e ao mesmo tempo abstinham-se de aquisições territoriais, a menos que fossem absolutamente essenciais para a acumulação de capital. O sucesso dessa estratégia baseou-se na interação de duas condições. Uma delas foi o equilíbrio de poder entre as grandes organizações territoriais do subcontinente europeu. Outra foi a extroversão do sistema de Estados europeu que estava surgindo, isto é, o fato de que a busca bem-sucedida por lucro e poder *dentro* da Europa dependia fundamentalmente do acesso privilegiado a recursos *fora* dela por meio do comércio ou da pilhagem. O equilíbrio de poder não só garantia a sobrevivência política das organizações capitalistas territorialmente parcimoniosas, como também assegurava que a competição por recursos financeiros entre as grandes organizações territoriais aumentaria o poder das organizações capitalistas que controlassem esses recursos. Ao mesmo tempo, a extroversão da luta europeia pelo poder garantia que essa competição seria constantemente renovada pela necessidade dos Estados de se superarem uns aos outros para obter acesso privilegiado aos recursos fora da Europa<sup>52</sup>.

A princípio, a combinação dessas duas condições foi extremamente favorável para a estratégia capitalista de poder. De fato, foi tão favorável que seu agente de

<sup>51</sup> Hannah Arendt, *The Origins of Totalitarianism*, p. 138.

<sup>52</sup> Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*, caps. 1 e 2.

maior sucesso foi uma organização quase sem território. Afinal, a designação ibero-genovesa do primeiro ciclo sistêmico de acumulação não se refere à República de Gênova como tal, cidade-Estado que, durante todo o ciclo, teve vida politicamente precária e “continha” pouco poder. Refere-se, ao contrário, às redes comerciais e financeiras transcontinentais que permitiram à classe capitalista genovesa, organizada numa diáspora cosmopolita, tratar de igual para igual com os governantes mais poderosos da Europa e transformar a concorrência mútua desses governantes pelo capital num motor poderoso para a expansão do seu próprio capital. Dessa posição de força, a diáspora capitalista genovesa estabeleceu uma relação altamente lucrativa de troca política informal com os governantes de Portugal e da Espanha imperial. Em virtude dessa relação, os governantes ibéricos realizaram todas as atividades guerreiras e de formação do Estado envolvidas na criação de um mercado e de um império que davam a volta ao mundo, enquanto os capitalistas da diáspora genovesa se especializaram em facilitar essas atividades comercial e financeiramente. Ao contrário dos Fuggers, que se arruinaram por causa de sua ligação com a Espanha imperial, os genoveses provavelmente ganharam mais nessa relação do que seus parceiros ibéricos. Como observou Richard Ehrenberg, “não foram as minas de prata de Potosí, mas as feiras de câmbio genovesas que permitiram a Filipe II concretizar sua política de poder mundial década após década”. Mas, nesse processo, como lamentou Suarez de Figueroa em 1617, Espanha e Portugal tornaram-se as “Índias dos genoveses”<sup>53</sup>.

No segundo ciclo sistêmico de acumulação (holandês), as condições para a adoção da estratégia de poder estritamente capitalista continuaram favoráveis, mas não tão favoráveis quanto no primeiro ciclo. É verdade que os conflitos intensos que lançaram uns contra os outros os maiores Estados territoriais da Europa foram essenciais para a ascensão da Holanda e, em 1648, a Paz da Vestfália deu ao equilíbrio de poder europeu alguma estabilidade institucional. Além disso, no século XVII os holandeses só puderam expandir a escala espacial de suas operações do Báltico para o Atlântico e para o Oceano Índico com tamanha facilidade e rapidez porque os ibéricos já haviam conquistado as Américas e aberto um caminho marítimo direto para as Índias Orientais. Contudo, a paisagem geopolítica criada na Europa por um ajuste espacial ibérico que dava a volta ao mundo não deixava

<sup>53</sup> Ehrenberg é citado em Peter Kriedte, *Peasants, Landlords, and Merchant Capitalists: Europe and the World Economy, 1500-1800*, p. 47 [ed. port.: *Camponeses, senhores e mercadores: a Europa e a economia mundial (1500-1800)*], e Figueroa, em J. H. Elliott, *The Old World and the New 1492-1650*, p. 96 [ed. port.: *O velho mundo e o novo: 1492-1650*]. Veja detalhes sobre o ciclo ibero-genovês em Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*, p. 109-32, 145-51.

espaço para o tipo de estratégia capitalista de poder que havia feito a fortuna da diáspora genovesa no “longo” século XVI. De fato, os holandeses conseguiram talhar a partir do império marítimo e territorial ibérico o sistema de entrepostos comerciais e de sociedades anônimas oficiais centrado em Amsterdã que se tornou a base do segundo ciclo sistêmico de acumulação precisamente por fazer o que os genoveses não estavam fazendo, ou seja, tornaram-se autossuficientes na guerra e na formação do Estado<sup>54</sup>.

Violet Barbour afirmou que esse sistema centrado em Amsterdã foi o último caso de “verdadeiro império de comércio e de crédito [...] mantido por uma cidade por direito próprio, sem ser sustentado pelas forças do Estado moderno”<sup>55</sup>. Como as Províncias Unidas combinavam as características das cidades-Estado que estavam desaparecendo com as dos Estados nacionais que vinham surgindo, qualificá-las ou não como “estado moderno” é uma questão controversa. Mas sejam quais forem as características que se queiram enfatizar, parece que o ciclo holandês foi um divisor de águas entre duas épocas distintas de capitalismo histórico: a época da cidade, de um lado, e a do Estado territorial e da economia nacional, de outro.

No coração da Europa inchada de sucesso e inclinada, no fim do século XVIII, a abraçar o mundo todo, *a zona central dominante teve de aumentar de tamanho para equilibrar a estrutura inteira*. As cidades que se mantinham sozinhas, ou quase sozinhas, já não tiravam renda suficiente das economias vizinhas, cuja força elas sugavam; em breve não estariam mais à altura da tarefa. Os Estados territoriais assumiriam o poder.<sup>56</sup>

Trataremos mais adiante do motivo por que a zona central tinha de “aumentar de tamanho” para “equilibrar a estrutura inteira”. Por enquanto, observemos que o surgimento dos Estados territoriais como principais agentes da expansão capitalista provocou uma interpenetração muito maior do que antes entre capitalismo e imperialismo. Embora a fortuna da diáspora capitalista genovesa dependesse inteiramente das atividades de guerra e de construção de impérios de seus parceiros ibéricos, a diáspora propriamente dita absteve-se por completo dessas atividades. O capitalismo genovês e o imperialismo ibérico sustentavam um ao outro, mas por meio de uma relação de troca política que reproduzia, de ponta a ponta, suas identidades organizacionais distintas. Embora não houvesse essa se-

<sup>54</sup> Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*, p. 36-47, 127-51; Giovanni Arrighi e Beverly J. Silver, *Chaos and Governance in the Modern World System*, p. 39-41, 99-109.

<sup>55</sup> Violet Barbour, *Capitalism in Amsterdam in the Seventeenth Century*, p. 13.

<sup>56</sup> Fernand Braudel, *Civilization and Capitalism*, v. 3, p. 175; destaques meus.

paração no ciclo holandês, os oitenta anos de luta pela independência das Províncias Unidas contra a Espanha imperial dotaram o capitalismo holandês de identidade anti-imperialista duradoura. Mesmo depois de terminada a luta, Peter de la Court pôde retratar a Holanda como um “gato” numa selva de “feras selvagens”. As feras selvagens eram os Estados territoriais da Europa: “Leões, tigres, lobos, raposas, ursos ou qualquer outra fera de rapina, que costumam perecer pela própria força e são pegadas quando estão à espreita de outras”. O gato se parece com o leão. Mas a Holanda era um gato e assim permaneceria porque “nós, que somos naturalmente mercadores, não podemos ser transformados em soldados” e “há mais a ser obtido por nós em tempo de paz e bom comércio, do que pela guerra e pela ruína do comércio”<sup>57</sup>.

Na verdade, antes disso, o sistema de acumulação holandês, que de fato se beneficiaria mais com a paz do que com a guerra depois da Vestfália, fora construído sobre a guerra e a ruína do comércio ibérico. Além disso, no mundo não europeu, principalmente no arquipélago indonésio, o “gato da Holanda” não ficava atrás de nenhuma “fera de rapina” europeia no uso da violência a fim de destruir as paisagens de comércio e de produção existentes e criar paisagens mais favoráveis à acumulação interminável de capital holandês. No entanto, a metáfora de De la Court faz distinção entre o imperialismo dos grandes Estados territoriais da Europa e o capitalismo da territorialmente pequena república holandesa, que se manteve perceptível durante todo o ciclo holandês. Afinal, a estratégia de poder da república holandesa baseava-se primariamente não na expansão de seus domínios territoriais, mas sim na expansão do controle sobre o capital dinheiro e o sistema de crédito internacional. Ao combinar os pontos fortes das estratégias veneziana e genovesa, escorava-se no dinheiro e no crédito como meios fundamentais para que as lutas entre Estados territoriais da Europa se transformassem no motor da autoexpansão do capital holandês. Com o tempo, porém, a escalada das lutas solapou o sucesso da estratégia holandesa e, ao mesmo tempo, criou condições para a fusão completa do capitalismo com o imperialismo nas práticas do Estado que acabou se elevando a novo líder da expansão capitalista<sup>58</sup>.

Para termos alguma noção das razões para essa fusão, precisamos voltar à tese de Braudel de que a escala territorial do centro dominante do sistema de acumulação tinha de crescer de algum modo para acompanhar o aumento da escala es-

<sup>57</sup> Citado em Peter Taylor, “Ten Years that Shook the World? The United Provinces as First Hegemonic State”, p. 36, 38.

<sup>58</sup> Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*, p. 144-58; Giovanni Arrighi e Beverly J. Silver, *Chaos and Governance in the Modern World System*, p. 48-51.

pacial do sistema. O próprio Braudel sugere que uma das principais razões por que a pequena escala territorial da Holanda se tornou uma desvantagem na sua manutenção como centro do sistema de acumulação globalizante europeu foi a escassez estrutural de mão de obra. “A Holanda”, afirma, “só poderia cumprir seu papel de navio cargueiro se conseguisse obter a mão de obra necessária entre os miseráveis da Europa.” Foi a pobreza do resto da Europa que “permitiu aos holandeses ‘montar’ sua República”<sup>59</sup>. Mas assim que um número crescente de Estados europeus buscou internalizar as fontes holandesas de riqueza e poder em seus próprios domínios por meio de alguma variante do mercantilismo e do imperialismo, a concorrência pelos recursos humanos europeus intensificou-se e o tamanho da república holandesa tornou-se desvantagem cada vez mais insuperável. Como lamentou Stavorinus:

[...] desde o ano de 1740, as muitas guerras navais, o grande aumento do comércio e da navegação, principalmente em muitos países onde antes essas atividades eram pouco procuradas, e a conseqüente procura intensa e contínua de marinheiros capazes, tanto para navios de guerra quanto para navios mercantes, diminuiu tão consideravelmente o oferta deles que, em nosso próprio país, onde antes costumava haver grande abundância de marinheiros, é hoje com muita dificuldade e despesa que as naus conseguem obter o número justo de boas mãos para tripulá-las.<sup>60</sup>

E os holandeses não podiam competir com os grandes Estados territoriais na criação de colônias simplesmente porque havia poucos holandeses disponíveis para a tarefa. Como resultado, na América do Norte a maioria da população colonial e quase toda a classe abastada de mercadores, fazendeiros e profissionais liberais eram de origem britânica, acostumadas aos manufaturados de origem britânica e à venda por feitorias britânicas. Assim, os portos ingleses começaram a desafiar e depois a superar o comércio de entreposto de Amsterdã. Além disso, enquanto a indústria holandesa minguava, a inglesa expandia-se com rapidez sob o impacto conjunto do comércio atlântico e da crescente proteção governamental<sup>61</sup>. O sucesso britânico diante da concorrência holandesa, tanto na expansão comercial marítima quanto na expansão industrial nacional, reduziu aos poucos o quinhão do comércio de entreposto de Amsterdã. Mas o tiro de misericórdia na supremacia comercial holandesa veio com a disseminação do mercantilismo

<sup>59</sup> Fernand Braudel, *Civilization and Capitalism*, v. 3, p. 192-3.

<sup>60</sup> Citado em Charles R. Boxer, *The Dutch Seaborne Empire 1600-1800*, p. 109.

<sup>61</sup> Charles R. Boxer, *The Dutch Seaborne Empire*, p. 109; Ralph Davis, “The Rise of Protection in England, 1689-1786”, p. 307; idem, “English Foreign Trade, 1700-1774”, p. 115; W. E. Minchinton, *The Growth of English Overseas Trade in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, p. 13.

na região báltica e a conseqüente desorganização daquela que, até então, fora a “fonte do comércio” do capitalismo holandês<sup>62</sup>.

### *A fusão do capitalismo com o imperialismo*

Foi nesse contexto que o Reino Unido surgiu como novo líder da acumulação interminável de capital e poder por meio da fusão completa do capitalismo com o imperialismo. Assim que Londres substituiu Amsterdã como centro financeiro do sistema de Estados europeu globalizante na década de 1780, o Reino Unido tornou-se o principal beneficiário da competição pelo capital móvel entre os Estados. Nesse aspecto, foi herdeiro da tradição capitalista iniciada pelos genoveses no “longo” século XVI e ainda mais desenvolvida pelos holandeses no “longo” século XVII. Entretanto, em outros aspectos o Reino Unido também foi herdeiro da tradição imperialista iniciada pelos parceiros ibéricos dos genoveses, tradição que o “anti-imperialismo” dos holandeses e a estabilização do equilíbrio de poder europeu na Vestfália só revertera parcial e temporariamente<sup>63</sup>.

Essa fusão peculiar de capitalismo com imperialismo ofereceu à acumulação interminável de capital e poder um ajuste espacial e organizacional que era diferente do ciclo holandês em aspectos muito importantes. Em termos geopolíticos, o sistema de Estados criado na Vestfália sob a liderança holandesa era verdadeiramente anárquico, isto é, caracterizado pela ausência de domínio central. O sistema entre Estados reconstituído depois das Guerras Napoleônicas, sob a liderança britânica, ao contrário, transformou o equilíbrio de poder europeu em instrumento de domínio britânico informal, ao menos por algum tempo. Depois de conquistar o controle do equilíbrio de poder durante as guerras, os britânicos deram vários passos para assegurar que ele permaneceria em suas mãos. Ao mesmo tempo em que asseguravam aos governos absolutistas da Europa continental, organizados na Santa Aliança, que só ocorreriam mudanças do equilíbrio de poder depois de consultado o recém-instituído Concerto da Europa, criaram dois contrapesos ao seu

<sup>62</sup> “A razão básica para o declínio decisivo do sistema holandês de comércio mundial, nas décadas de 1720 e 1730, foi a onda de mercantilismo industrial de novo estilo que varreu praticamente todo o continente desde cerca de 1720. [...] Até 1720, faltavam a países como Prússia, Rússia, Suécia e Dinamarca-Noruega os meios e, com a Grande Guerra do Norte em andamento, a oportunidade de emular o mercantilismo agressivo da Inglaterra e da França. Mas nos anos 1720 o senso aguçado de competição entre as potências do Norte, combinado com a difusão de novas tecnologias e habilidades, muitas vezes de origem holandesa ou huguenote, provocou uma mudança dramática. Nas duas décadas seguintes, a maior parte do norte da Europa incorporou-se ao arcabouço de política mercantilista industrial sistemática” (Jonathan Israel, *Dutch Primacy in World Trade, 1585-1740*, p. 383-4).

<sup>63</sup> Ver Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*, p. 47-58, 159-69.

poder. Na Europa, exigiram e conseguiram que a França derrotada fosse incluída entre as grandes potências, se bem que mantida sob controle por estar entre as potências de segunda linha. Nas Américas, enfrentaram os planos da Santa Aliança de restaurar o domínio colonial afirmando o princípio da não intervenção na América Latina e convidando os Estados Unidos a apoiar o princípio. O que mais tarde se tornou a Doutrina Monroe – a ideia de que a Europa não devia intervir nos assuntos norte-americanos – foi a princípio uma política britânica<sup>64</sup>.

Ao defender seu interesse nacional na preservação e na consolidação de uma estrutura de poder fragmentada e “equilibrada” na Europa continental, a Grã-Bretanha promoveu a noção de que seu poder mundial avassalador era exercido no interesse geral – no interesse tanto de antigos inimigos quanto de antigos aliados, tanto das novas repúblicas das Américas quanto das antigas monarquias da Europa. Essa noção foi consolidada com a liberalização unilateral do comércio da Grã-Bretanha, que culminou com a rejeição das Leis do Trigo em 1848 e das Leis da Navegação em 1849. Nos vinte anos seguintes, quase um terço das exportações do resto do mundo se dirigiram para a Grã-Bretanha. Os Estados Unidos, com quase 25% de todas as importações e exportações, era o maior parceiro comercial individual da Grã-Bretanha, e os países europeus respondiam por outros 25%. Com essa política, a Grã-Bretanha barateou o custo interno de insumos básicos e, ao mesmo tempo, forneceu os meios de pagamento para que outros países comprassem seus manufaturados. Também atraiu boa parte do mundo ocidental para sua órbita comercial, promovendo a cooperação entre os Estados e garantindo custos de proteção baixos para o comércio ultramarino e o império territorial<sup>65</sup>.

Também nesse aspecto, o sistema de acumulação centrado no Reino Unido diferia radicalmente de seu antecessor holandês. Em ambos os sistemas, os territórios metropolitanos do Estado capitalista dominante exerciam o papel de entreposto central. Mas logo depois de se tornar predominante, o sistema holandês começou a ser questionado pelo mercantilismo agressivo da Grã-Bretanha e da França. O sistema britânico, em contraste, pôde se consolidar durante o período de paz mais longo da história europeia: a Paz dos Cem Anos de Polanyi (1815-1914). O controle britânico sobre o equilíbrio de poder europeu e sua centralidade no comércio mundial foram condições que se reforçaram mutuamente para

<sup>64</sup> Ver Karl Polanyi, *The Great Transformation*, p. 5-7, 259-62; David Weigall, *Britain and the World, 1815-1986: A Dictionary of International Relations*, p. 58, 111; Henry Kissinger, *A World Restored: European After Napoleon: The Politics of Conservatism in a Revolutionary Age*, p. 38-9 [ed. bras.: *O mundo restaurado*]; Alonso Aguilar, *Pan-Americanism from Monroe to the Present: a View from the Other Side*, p. 23-5.

<sup>65</sup> Michael Barratt Brown, *After Imperialism*, p. 63; Paul Kennedy, *The Rise and Fall of British Naval Mastery*, p. 156-64, 149-50; Joseph S. Nye, *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*, p. 53.

garantir essa longa paz. O primeiro reduzia a possibilidade de que algum Estado tivesse condições de desafiar a supremacia comercial britânica do mesmo modo que os britânicos haviam desafiado a supremacia holandesa depois da Vestfália. A segunda “engaiolava” um número crescente de Estados territoriais numa divisão de trabalho global que fortalecia o interesse de cada um deles em preservar o sistema centrado no Reino Unido. E quanto mais geral esse interesse se tornava, mais fácil era para a Grã-Bretanha manipular o equilíbrio de poder a fim de impedir o surgimento de ameaças à sua supremacia comercial.

Essa combinação de circunstâncias dependia fundamentalmente de uma terceira diferença entre os sistemas britânico e holandês. Enquanto o entreposto holandês era basicamente comercial, o britânico também era industrial, a “oficina do mundo”. Havia muito tempo que a Inglaterra era um dos principais centros industriais da Europa. Mas foi só no decorrer do século XVIII que a expansão do comércio de entreposto da Inglaterra e as imensas despesas do governo com as Guerras Napoleônicas transformaram a capacidade industrial britânica num instrumento efetivo de engrandecimento nacional<sup>66</sup>. As Guerras Napoleônicas, em particular, foram uma virada decisiva. Nas palavras de McNeill:

[...] a demanda do governo criou a indústria precoce do ferro, com excesso de capacidade instalada para as necessidades em tempo de paz, como demonstrou a depressão do pós-guerra, entre 1816 e 1820. Mas também criou condições para o crescimento futuro ao dar aos mestres ferreiros britânicos incentivos extraordinários para encontrar novos usos para o produto barato que suas grandes e novas fornalhas poderiam gerar. Assim, as exigências militares feitas à economia britânica contribuíram muito para moldar as fases subsequentes da Revolução Industrial, permitindo o aprimoramento dos motores a vapor e tornando possíveis inovações muito importantes, como as ferrovias e os navios de aço, numa época e sob condições que simplesmente não existiriam sem o impulso que a guerra deu à produção do ferro.<sup>67</sup>

No decorrer do século XIX, as ferrovias e os navios a vapor fizeram do globo uma única economia, numa interação nunca vista. Em 1848, não havia nada fora da Grã-Bretanha que lembrasse uma rede ferroviária. Nos cerca de trinta anos seguintes, observa Eric Hobsbawm, “as partes mais remotas do mundo [começaram] a ser unidas por meios de comunicação que não tinham precedentes em termos de regu-

<sup>66</sup> Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*, cap. 3.

<sup>67</sup> William McNeill, *The Pursuit of Power: Technolgy, Armed Force, and Society since A.D. 1000*, p. 211-2. Ver também Leland H. Jenks, *The Migration of British Capital to 1875*, p. 133-4, e Eric J. Hobsbawm, *Industry and Empire: An Economic History of Britain since 1750*, p. 34 [ed. bras.: *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*].

laridade, capacidade de transportar quantidades imensas de mercadorias e de pessoas e, acima de tudo, velocidade”. Quando esse sistema de transporte e comunicação tomou forma, o comércio mundial expandiu-se em ritmo inaudito. De meados da década de 1840 até meados da década de 1870, o volume de mercadorias transportadas por mar entre os principais Estados europeus mais que quadruplicou e o valor do comércio entre a Grã-Bretanha e o Império Otomano, a América Latina, a Índia e a Austrália aumentou em torno de seis vezes. Finalmente, essa expansão do comércio mundial intensificou a concorrência e a rivalidade entre os Estados. Mas nas décadas do meio do século, as vantagens de se ligar ao entreposto britânico para aproveitar seus equipamentos e seus recursos eram grandes demais para que qualquer Estado europeu voluntariamente as deixasse de lado<sup>68</sup>.

Ao contrário do sistema comercial mundial holandês do século XVII, que foi sempre puramente mercantil, o sistema comercial mundial britânico do século XIX tornou-se um sistema integrado de transporte e de produção mecanizados. A Grã-Bretanha era, ao mesmo tempo, a principal organizadora e a principal beneficiária desse sistema, dentro do qual desempenhava a dupla função de câmara central de compensação e regulamentador. Enquanto a função de câmara de compensação era inseparável do papel britânico de oficina do mundo, a função de regulamentador central era inseparável do papel de principal construtor de impérios no mundo não europeu. Para voltar à metáfora de De la Court, ao contrário da Holanda, que era e continuou a ser um “gato”, a Grã-Bretanha era e continuou a ser uma “fera de rapina” territorial, cuja conversão ao capitalismo só aumentou seu apetite pela expansão territorial. Como já observado, a pilhagem da Índia permitiu à Grã-Bretanha recomprar dos holandeses sua dívida nacional e iniciar as Guerras Napoleônicas quase sem dívida externa. Isso, portanto, facilitou a sextuplicação das despesas públicas britânicas entre 1792 e 1815, à qual McNeill atribui papel decisivo na configuração da fase capital-mercadoria da Revolução Industrial. E, mais importante, deu início ao processo de conquista de um império territorial no sul da Ásia que se tornaria o principal pilar do poder global da Grã-Bretanha.

O desenrolar desse processo de conquista territorial foi detalhado em outro texto<sup>69</sup>. Aqui, mencionarei simplesmente os dois aspectos principais de sua relação com a reprodução ampliada do poder britânico, um demográfico e outro financeiro. Os enormes recursos demográficos da Índia sustentaram o poder mundial britânico tanto comercial quanto militarmente. Em termos comerciais, os trabalha-

<sup>68</sup> Eric J. Hobsbawm, *The Age of Capital 1848-1875*, p. 37-9, 50-4 [ed. bras.: *A era do capital: 1848-1875*].

<sup>69</sup> Giovanni Arrighi e Beverly J. Silver, *Chaos and Governance in the Modern World System*, p. 106-14, 223-46.

dores indianos foram forçados a passar de grandes concorrentes da indústria têxtil europeia a grandes produtores de alimentos baratos e matérias-primas para a Europa. Em termos militares, como já mencionado no capítulo 5, o efetivo indiano foi organizado como exército colonial de estilo europeu, inteiramente financiado pelo contribuinte indiano e usado, durante todo o século XIX, na série infundável de guerras com as quais a Grã-Bretanha abriu a Ásia e a África ao comércio e aos investimentos ocidentais. Quanto ao aspecto financeiro, a desvalorização da moeda indiana, a imposição dos tristemente famosos “Home Charges” – com os quais a Índia foi obrigada a pagar pelo privilégio de ser pilhada e explorada pela Grã-Bretanha – e o controle do Banco da Inglaterra sobre as reservas de moeda estrangeira da Índia transformaram-na, em conjunto, no “pivô” da supremacia comercial e financeira mundial da Grã-Bretanha<sup>70</sup>.

Sob a liderança britânica, a acumulação interminável de capital e poder embutiu-se assim num ajuste espacial de escala e alcance maior que o dos ciclos ibero-genovês e holandês. Mas pela mesma razão, acabou resultando numa superacumulação de capital ainda maior. Como nos primeiros ciclos, a princípio o centro dominante estava em melhores condições de aproveitar a intensificação da concorrência que marcou a mudança da fase de expansão material para a financeira. Entretanto, a *belle époque* que se seguiu no princípio do século XX foi apenas um preâmbulo da escalada de conflitos entre Estados que, mais uma vez, revolucionou a geografia histórica do capitalismo mundial. A “revolução” análoga do fim do século XVIII e início do XIX eliminara da luta pela liderança capitalista os Estados protonacionais, como as Províncias Unidas. Na “revolução” da primeira metade do século XX, foi a vez dos próprios Estados nacionais serem empurrados para fora da briga, a menos que controlassem complexos agrícolas, industriais e militares integrados de escala continental.

Como observa Andrew Gamble:

A nova insegurança e os crescentes militarismo e jingoísmo na Grã-Bretanha [no fim do século XIX] surgiram porque de repente parecia que o mundo havia se enchedo de potências industriais, cujas bases metropolitanas, em termos de recursos, efetivo humano e produção industrial, eram potencialmente muito mais poderosas que as da Grã-Bretanha.<sup>71</sup>

<sup>70</sup> Sobre esses e outros aspectos da cobrança de tributos da Índia, ver Michael Barratt Brown, *The Economics of Imperialism*, p. 133-6; B. R. Tomlinson, “India and the British Empire, 1880-1935”; Marcello de Cecco, *The International Gold Standard: Money and Empire*, p. 62-3; David Washbrook, “South Asia, the World System, and World Capitalism”, p. 481; Amiya K. Bagchi, *Perilous Passage: Mankind and the Global Ascendancy of Capital*, p. 145-57, 239-43.

<sup>71</sup> Andrew Gamble, *Britain in Decline*, p. 58.

A rápida industrialização da Alemanha unificada depois de 1870 foi especialmente problemática para os britânicos, porque criou condições para o surgimento de uma potência terrestre na Europa capaz de aspirar à supremacia continental e desafiar o domínio marítimo da Grã-Bretanha. Durante a Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha, juntamente com seus aliados, conseguiu conter a Alemanha e chegou a aumentar a extensão de seu império territorial ultramarino. Mas o custo financeiro desse sucesso político-militar arruinou sua capacidade de se manter como centro do capitalismo mundial.

Durante a guerra, a Grã-Bretanha continuou a servir de principal banqueiro e tomador de empréstimos nos mercados mundiais de crédito, não só para si, mas também para a Rússia, a Itália e a França. Parecia uma repetição do seu papel de “banqueiro da coalizão” no século XVIII. Entretanto, havia uma diferença fundamental: o imenso déficit comercial com os Estados Unidos, que fornecia bilhões de dólares em munição e alimentos para os aliados, mas exigia poucas mercadorias em troca. “Nem a transferência de ouro nem a venda do enorme volume de títulos em dólar da Grã-Bretanha poderiam preencher o buraco; o problema só se resolveria com empréstimos feitos nos mercados monetários de Nova York e Chicago para pagar em dólar os fornecedores de munição norte-americanos.”<sup>72</sup> Quando o crédito da Grã-Bretanha se aproximou do fim, os Estados Unidos lançaram seu peso econômico e militar na luta e penderam a balança a favor de seu devedor. O controle do equilíbrio de poder europeu passara **decididamente** das mãos britânicas para as norte-americanas. O isolamento que o **Canal da Mancha** não mais garantia, o Atlântico ainda assegurava. Mais importante ainda, enquanto as inovações nos meios de transporte e de comunicação continuavam a superar as barreiras espaciais, a distância da América tornou-se desvantagem menor comercial e militarmente. “Na verdade, quando o Pacífico começou a despontar como zona econômica rival do Atlântico, a posição dos Estados Unidos tornou-se central: uma ilha do tamanho de um continente, com acesso ilimitado aos dois maiores oceanos do mundo.”<sup>73</sup>

Essa “ilha do tamanho de um continente” vinha se formando há muito tempo. Era o produto espacial do processo secular de tomada e ocupação de território com o qual os Estados Unidos “internalizaram” o imperialismo desde os primórdios de sua história.

<sup>72</sup> Paul Kennedy, *The Rise and Fall of the Great Powers*, p. 268.

<sup>73</sup> Joshua S. Goldstein e David P. Rapkin, “After Insularity: Hegemony and the Future World Order”, p. 946.

Os historiadores norte-americanos que falam com complacência da falta de colonialismo de povoadores característico das potências europeias apenas escondem o fato de que toda a história *interna* do imperialismo dos Estados Unidos foi um imenso processo de tomada e ocupação territorial. A ausência de territorialismo “externo” baseou-se num territorialismo “interno” sem precedentes.<sup>74</sup>

Como Clyde Barrow ressalta ao resumir a descrição que Charles Beard faz desse imperialismo interno:

A migração em direção ao oeste causou carnificina humana e destruição ambiental em escala imensa, enquanto os colonos norte-americanos avançavam para as sucessivas fronteiras, como gafanhotos que só paravam o tempo suficiente para saquear a terra e remover, matar ou marginalizar os habitantes nativos. Na verdade, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, Beard ensinava aos alunos pacifistas de suas aulas que “seria ilusão pensar nos norte-americanos como povo pacífico; eles são e sempre foram um dos povos mais violentos da história.”<sup>75</sup>

Se a “ilha” norte-americana do tamanho de um continente foi criada com destruição humana e ambiental maciça, foi a revolução dos transportes e a industrialização da guerra na segunda metade do século XIX que a transformaram em poderoso complexo agrícola, industrial e militar, com vantagens competitivas e estratégicas decisivas diante dos Estados europeus. É verdade que o império territorial mundial da Grã-Bretanha continha recursos ainda maiores do que o dos Estados Unidos. Ainda assim, a dispersão global e a fraca integração mútua dos domínios coloniais da Grã-Bretanha, em contraste com a concentração regional e a forte integração mútua, tanto política quanto econômica, dos domínios territoriais dos Estados Unidos, foram diferença importantíssima na configuração espacial dos Estados capitalistas dominantes do “longo” século XIX e do século XX, respectivamente. Como já notado, o extenso império da Grã-Bretanha foi ingrediente essencial na formação e na consolidação do sistema de acumulação centrado no Reino Unido. Mas assim que a competição entre os Estados pelo “espaço vital” intensificou-se, sob o impacto da revolução dos transportes e da industrialização da guerra, o custo da proteção dos domínios metropolitanos e ultramarinos da Grã-Bretanha começou a subir rapidamente e as possessões imperiais passaram de patrimônio a prejuízo. Ao mesmo tempo, a superação das barreiras espaciais proporcionada por esses mesmos

<sup>74</sup> Gareth Stedman Jones, “The History of US Imperialism”, p. 216-17 [ed. bras.: “A história do imperialismo dos EUA” em *Ideologia na ciência social: ensaios críticos sobre a teoria social*]; destaque do original. Ver também John Agnew, *The United States in the World-Economy: A Regional Geography*.

<sup>75</sup> Clyde W. Barrow, “God, Money, and the State: the Spirits of American Empire”, p. 28.

dois fenômenos transformou o tamanho continental, a compacidade, a insularidade e o acesso direto dos Estados Unidos aos dois principais oceanos do mundo em vantagens estratégicas decisivas na crescente disputa de poder entre os Estados<sup>76</sup>.

Não surpreende que a luta terminasse com o surgimento do mundo bipolar tantas vezes previsto no século XIX e no início do século XX: “a ordem internacional [...] agora passava ‘de um sistema a outro’. Só os Estados Unidos e a União Soviética contavam [...] e, dos dois, a ‘superpotência’ norte-americana era imensamente superior”<sup>77</sup>. Como sublinhou Thomas McCormick, os líderes norte-americanos travaram a Segunda Guerra Mundial “não apenas para vencer seus inimigos, mas para criar no pós-guerra a base geopolítica de uma ordem mundial que construiriam e dominariam”. Na busca desse fim ambicioso, ajudou o conhecimento do precedente britânico durante as Guerras Napoleônicas. Em particular,

a Grã-Bretanha só entrou no principal teatro europeu quando a guerra havia chegado ao estágio final e decisivo. Sua presença militar direta serviu para inibir qualquer outra potência continental de tentar tomar o lugar da França na estrutura de poder do continente e reforçou a legitimidade de sua pretensão a ter voz dominante nas negociações de paz. De modo paralelo, os Estados Unidos só entraram no teatro europeu na fase final e determinante da Segunda Guerra Mundial. A Operação Overlord, a invasão da França em junho de 1944, e o avanço para leste, rumo à Alemanha, restringiram, de modo semelhante, as potenciais ambições russas no Ocidente e asseguraram o lugar dos Estados Unidos na cabeceira da mesa de paz.<sup>78</sup>

Essas analogias refletem o fato de que, em ambas as transições, o controle do equilíbrio de poder no sistema entre Estados era essencial para o aumento de poder do Estado hegemônico que estava surgindo. Mas o ajuste espacial e organizacional da acumulação interminável de capital e poder que passou a existir sob a hegemonia norte-americana não podia ser o mesmo da britânica. Tinha de refletir a nova geografia histórica do capitalismo, que brotara da destruição irrevogável do ajuste espacial britânico do século XIX. Essa nova geografia histórica formava as bases do mais ambicioso projeto político já concebido na história humana: a criação de um Estado mundial. É para a ascensão e queda desse projeto que nos voltaremos agora.

<sup>76</sup> Giovanni Arrighi e Beverly J. Silver, *Chaos and Governance in the Modern World System*, p. 66-84.

<sup>77</sup> Paul Kennedy, *The Rise and Fall of the Great Powers*, p. 357.

<sup>78</sup> Thomas J. McCormick, *America's Half Century: United States Foreign Policy in the Cold War*, p. 33-5.